

SC7520

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Adis Abeba, Ethiopia P. O. Box 3243 Telefone: 5517 700 Fax: 5517844

Website: [www. Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Primeira Sessão Ordinária

9- 13 de Julho 2012

Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/733(XXI)

Original: Inglês

**RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE
A SITUAÇÃO NA PALESTINA E NO MÉDIO ORIENTE**

RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A SITUAÇÃO NA PALESTINA E NO MÉDIO ORIENTE

I. Introdução

1. Note-se que não houve qualquer acontecimento marcante no processo de paz na Palestina e no Médio Oriente, durante o período em revista. Pelo contrário, o Governo israelita tem prosseguido uma política hostil através do seu compromisso de continuar a construir e a expandir colonatos nos territórios palestinianos ocupados.
2. O impasse das negociações entre as partes deve-se à política de Israel de recusar o princípio da Solução de Dois Estados, com base nas fronteiras de Junho de 1967, e a sua política permanente de expansão de assentamentos.
3. Israel ainda continua a agredir o povo palestiniano no território ocupado da Palestina, com repetidas violações sob diferentes formas, o que afectou todos os aspectos da vida quotidiana dos palestinianos, e bloqueando continuamente a Faixa de Gaza.
4. O presente relatório trata da trágica situação que afecta prisioneiros palestinianos, por causa da recusa de Israel de lidar com eles com base em princípios do direito internacional e os princípios dos direitos humanos, e da continuação de uma greve de fome aberta pelos prisioneiros, na batalha do "estômago vazio".
5. Como consequência da falha no processo de paz, o presente relatório incide sobre os obstáculos e as dificuldades que enfrenta o acordo político, bem como sobre as dificuldades de natureza humana, social, económica, sanitária e educacional do povo palestiniano.

II. O Processo de Paz

6. A candidatura não sucedida a membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas pelo Estado da Palestina, é considerada uma violação do direito à membro de pleno direito das Nações Unidas. Este direito devia ser adquirido como parte do processo de paz e a liderança do povo palestiniano continuará a exigir o seu direito de membro, como parte do processo do alcance da liberdade, dignidade e independência.
7. Convém notar que os Estados-membros da União Africana, juntamente com todas as nações amantes da paz, apoiam seriamente o pedido dos palestinianos para obter a plena adesão como o Estado da Palestina nas Nações Unidas e os seus vários órgãos, confirmando as decisões da Cimeira da UA realizada em Malabo, em 2011, e reenfatizadas na Cimeira de Adis Abeba, em Janeiro de 2012.
8. A política ilegal de Israel, que continua a entravar o seu acesso a uma solução justa, duradoura global e pacífica para o conflito Palestino - israelita, que representa o núcleo do conflito árabe - israelita, no qual este último continua a não aceitar os princípios do processo de paz com base nos princípios e resoluções de legitimidade internacional e as resoluções pertinentes, e insiste em não observar esses princípios.

9. A política de extremismo pelos ocupantes, apoiada pelo governo israelita e protegida pelo exército israelita, para atacar civis palestinianos e os seus bens, os locais de culto, a demolição de casas e o arranque de árvores, é sinal de falta de vontade do Governo de Israel de avançar com o processo de paz e de retomar as negociações com vista à solução com base na criação de dois Estados.

10. Apesar dos esforços do Quarteto Internacional para a retomada do processo de paz, o governo israelita procura sempre minar esses esforços, encarando-os de forma negativa, mantendo a sua política de colonatos, e recusando-se a aceitar um Estado palestino com base nas fronteiras de Junho de 1967.

11. O Quarteto confirma ainda a solução global do conflito árabe-israelita com base nas Resoluções do Conselho de Segurança 242, 338, 1515,1397,1850 e os princípios da Conferência de Paz de Madrid, incluindo o princípio de Terra pela Paz, o Roteiro e os acordos entre as duas partes, com ênfase sobre a importância da iniciativa de paz árabe, e insta Israel para uma resposta séria a esta importante iniciativa e a respeitar a palavra e a acção.

12. A liderança palestiniana confirmou que aceita todos os esforços, especialmente os do Quarteto, ao anunciar o calendário para o início das negociações, visando pôr termo ao conflito árabe-israelita. A liderança palestiniana colaborou no âmbito do plano do Quarteto, mas o governo israelita fez gorar todos estes esforços e iniciativas.

13. O Presidente palestiniano, Mahmoud Abbas, enviou uma mensagem importante ao Primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, na qual exprimiu uma possível flexibilidade para que seja dada outra oportunidade à paz, confirmando a resposta positiva da liderança palestiniana com os esforços do Presidente Obama, os esforços do Quarteto e a corajosa iniciativa jordana, que visa restabelecer o processo de paz no seu caminho natural, e que as resoluções de legitimidade internacional, o direito internacional, os acordos assinados, os termos de referência e o roteiro acordados, são os princípios e os fundamentos que nos levam a uma solução definitiva. Ele ressaltou igualmente todo um conjunto de reclamações, particularmente, "a aprovação pelo governo israelita do princípio de Solução de Dois Estados com base nas fronteiras de Junho de 1967, de modo a impedir todas as formas de actividades de assentamento, incluindo Jerusalém Oriental, a libertação de prisioneiros, especialmente aqueles que foram presos antes de 1994, a abolição de todas as decisões tomadas pelos governos israelitas desde 2000, e o respeito pelos actuais acordos de paz provisórios".

III. A Cidade de Jerusalém

14. A recente aprovação pelo Governo de Israel para a construção de 2610 novas unidades habitacionais na ocupada cidade de Jerusalém, na qual Israel visa criar um enorme empreendimento turístico, para incluir milhares de unidades e quartos de hotéis, é contrária a todas as resoluções internacionais sobre Jerusalém e proíbe as autoridades de ocupação a fazerem quaisquer alterações, uma vez que se trata de uma cidade sob ocupação.

15. Na cidade de Jerusalém Oriental, Israel continua a tomar medidas sucessivas, visando à judaização de toda a cidade, dando continuidade aos seus actos de agressão contra os lugares sagrados, islâmicos e cristãos, especialmente a

Mesquita de Al Aqsa, fazendo escavações, cavando túneis, construindo sinagogas, ameaçando destruir totalmente esses locais santos, bem como outras medidas com vista a abrir uma estrada que ligue os colonatos com Jerusalém Oriental e que serve para isolar Jerusalém da Cisjordânia.

16. As autoridades israelitas continuam a promulgar leis destinadas a transferir a população palestina para outros lugares e a esvaziar a cidade santa de sua população, bem como a destruir as suas casas, a intensificar o ritmo de construção de colonatos sem precedentes desde 1967. E as forças de ocupação impõem condições difíceis aos palestinos que vivem em Jerusalém, impedindo-os de regressar à Cidade Santa, mesmo sabendo que eles foram forçados a deixar a cidade. Isto é parte da política de Israel de limpeza étnica da cidade, que visa mudar o equilíbrio demográfico na ocupada cidade de Jerusalém Oriental, de modo que, em 2020, os palestinos não cheguem a representar senão apenas 12% da população desta cidade.

17. As autoridades israelitas de ocupação tentam impor currículos educacionais aos habitantes palestinos de Jerusalém, que visam mudar a cultura nacional dos residentes palestinos de Jerusalém; e, por esta via, continuam a violar os direitos nacionais do povo palestino, na tentativa de judaização da identidade cultural de Jerusalém e seus habitantes. Isso é considerado como sendo uma tentativa de limpeza étnica na Cidade Santa. Neste sentido, a liderança palestina apela ao mundo, às organizações internacionais e às organizações de direitos humanos a intervirem, de modo a salvar a cidade e a cultura de Jerusalém do ataque das forças de ocupação racista e colonial de Israel.

IV. Muro do Apartheid

18. As autoridades israelitas de ocupação sempre se recusam a aplicar as decisões legais internacionais e o acórdão do Tribunal Internacional de Justiça, datada de 09 de Julho de 2001, assim como a resolução pertinente adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2004. Em vez disso, prosseguiu com a sua política de confisco de terras palestinas, a fim de construir esse muro que irá transformar a Cisjordânia em enclaves e cantões; um muro de 810 km de comprimento e que ocupará 22% de superfície total dos territórios palestinos ocupados. Note-se que já foi construído até agora 500 km do Muro do Apartheid, que representa 99% deste no OPT.

19. As autoridades israelitas de ocupação mantêm a sua política de racismo, impondo condições e barreiras à circulação de palestinos entre cidades e aldeias, onde eles estabeleceram 585 pontos de inspecção e postos de controlo militares, semelhantes às passagens internacionais, e, assim, impedir a circulação do tráfego dentro da Cisjordânia. Essas barreiras também constituem um obstáculo à livre circulação de mercadorias, resultando num aumento dos custos de transporte e no impacto negativo sobre o poder de compra dos consumidores palestinos. Israel usou também essas barreiras para expulsar palestinos e mantê-los afastados de suas terras e fazendas, bem como colocá-los na prisão. Os soldados israelitas insultam cidadãos palestinos nessas barreiras e impedem a passagem de pacientes.

20. As Forças israelitas de ocupação também continuaram a exercer força excessiva, brutal e intencional sobre as manifestações pacíficas semanais organizadas por civis palestinos, voluntários da solidariedade internacional e activistas israelitas para a paz e os direitos humanos contra a continuação da construção do Muro do Apartheid em várias cidades palestinas adjacentes ao muro. Na ocasião do "Dia da Terra" sob o lema "Bem-vindo à Palestina", no qual o povo palestino reviveu, e que motivou a participação de activistas da solidariedade estrangeiros de todo o mundo, as autoridades israelitas impediram, todavia, a sua entrada e foram levados de volta para os aeroportos e fronteiras, e, depois, espancados severamente.

21. Israel anunciou que tinha começado a construir um muro na fronteira com o Líbano e a Síria, semelhante ao Muro do Apartheid, na Cisjordânia, e anunciou igualmente um plano para a construção de um muro semelhante na fronteira com o Egipto. A construção desse muro na fronteira dos estados árabes prova, sem dúvida, que Israel é um estado racista, que opta por não se integrar no mundo árabe em todos os níveis, isto é, económico, social e cultural, isolando-se do seu ambiente natural, o que demonstra que a composição da sociedade israelita baseia-se no racismo.

V. Os prisioneiros palestinos em cadeias israelitas

22. A questão dos prisioneiros palestinos em cadeias israelitas é a causa do povo; e a pátria foi, é e continuará a ser a questão central do povo e da liderança palestinos, e a liberdade dos prisioneiros está sempre no topo das prioridades da Organização de Libertação da Palestina.

23. As autoridades israelitas de ocupação continuam a manter, até agora, mais de 4.400 prisioneiros palestinos, incluindo 200 prisioneiros, que são menores, 9 mulheres e 300 indivíduos detidos sem acusações, que é denominada "detenção administrativa". As prisões não foram confinadas a um determinado segmento ou categoria específica, mas afectou todos os segmentos do povo palestino, sem discriminação de mulheres, crianças e idosos, homens, doentes ou deficientes, membros do Parlamento ou líderes políticos, sindicalistas e profissionais, jornalistas e escritores.

24. O Serviço Penitenciário das autoridades Israelitas sempre manifestou o seu acordo em satisfazer algumas reivindicações dos prisioneiros palestinos, mas faz o contrário. Os detidos continuam a sofrer as difíceis condições de detenção, que são uma violação dos direitos humanos básicos e da Quarta Convenção de Genebra de 1949 sobre os prisioneiros e a protecção dos civis em tempos de guerra. Os prisioneiros são expostos às piores condições de detenção, como confinamento solitário, impedindo as famílias de os visitar, privando-os dos meios de higiene, o uso de gás venenoso para reprimir greves, a recusa do tratamento médico, e a humilhação dos familiares dos presos durante a sua visita. Outros maus tratos são a recusa do acesso ao ensino universitário, a constante violação moral e física, através da repressão brutal, a imposição contínua de sanções, de forma individual e colectiva, e a detenção administrativa de várias pessoas sem culpa formada, nem julgamento.

25. Actualmente, os prisioneiros trancados em greve de fome, estão determinados a atingir os seus objectivos e exigem um tratamento mais humano, e manifestam também a sua indignação e falta de confiança nas promessas feitas pelos Serviços Penitenciários de Israel de satisfazer as suas exigências. Neste contexto, a liderança palestina está a tentar pôr termo a injustiça de que sofrem os prisioneiros, através da mobilização de um amplo movimento internacional para obrigar as autoridades israelitas de ocupação a satisfazerem as reivindicações dos prisioneiros, incluindo o pedido de um tratamento mais humano.

VI. Os Colonatos

26. As autoridades israelitas intensificaram a sua política expansionista nos territórios palestinos ocupados, com vista a aquisição de mais terras palestinas, a destruição de terras mediante a confiscação e a destruição de casas, bem como a limpeza étnica contra os palestinos, a fim de expandirem os colonatos e construírem novos assentamentos. Sabe-se que Israel confiscou mais de 40% da Cisjordânia ocupada. O Israel trouxe novos colonos provenientes de outras partes do mundo, perfazendo o total de 600.000 colonos. E usa a rede de transportes e formas de se conectarem uns com os outros, e impede os palestinos de as utilizar.

27. Os colonos israelitas armados intensificaram as hostilidades e violações diárias contra cidadãos palestinos, suas propriedades e terrenos agrícolas, bem como lugares de culto e cemitérios, por instigação dos sacerdotes dos judeus, que ditam os seus éditos religiosos, permitindo-lhes matar pessoas não-judaicas, roubar suas terras e seus produtos agrícolas, e confiscar suas terras sob o pretexto de que os territórios palestinos são propriedades dos judeus, o que lhes dá o direito de as recuperar.

28. O Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas, num relatório publicado a 5 de Julho de 2011, indica que as autoridades israelitas de ocupação destruíram, desde o início de 2011, 352 imóveis palestinos em Jerusalém Oriental e seus subúrbios, causando a deslocação de 691 pessoas para outras áreas. Esse processo é o triplo das demolições e quatro vezes o número de palestinos deslocados do mesmo período e na mesma situação, em 2010.

29. O Parlamento israelita "Knesset", em 12 de Julho de 2011, aprovou uma lei conhecida como a "lei de boicote de colonatos", a fim de proibir a difusão de publicidade para um boicote aos produtos originários dos colonatos e, nos termos desta lei, será punido todo aquele que apelar para o boicote, sendo proibidos a participar nas negociações estaduais. Esta lei permite aos colonos a abertura de um processo contra qualquer pessoa que fizer apelos para o boicote.

30. O Ministério israelita de Habitação concedeu, em 18 de Julho de 2011, uma licença para construir 6900 novas unidades habitacionais nos maiores colonatos do norte da Cisjordânia e 150 novas unidades na Província do sudoeste de Belém.

31. A organização israelita "B'Tselem", publicou no dia 19 de Julho de 2011, um relatório, indicando que Israel controla totalmente as águas na zona do Vale do Jordão e controla também o reservatório de água para os 9.500 colonos, que vivem em 32 colonatos localizados em 5% do território do Vale do Jordão e consomem um

terço da água consumida por 2,5 milhões de palestinos que vivem na Cisjordânia. A este respeito, o "B'Tselem" enfatiza o seguinte: "Israel trabalha na província do Vale do Jordão, o que é manifestamente incompatível com o direito internacional, o direito humanitário e a Quarta Convenção de Genebra de 1949.

32. Face ao exposto, é óbvio que a continuação da política israelita de construção de colonatos constitui um sério obstáculo ao progresso do processo de paz e ao início das negociações, e representa também uma grande ameaça para o futuro dos territórios palestinos ocupados e para a criação de um estado palestino viável, que os próprios palestinos querem estabelecer com o apoio e o respaldo dos povos e nações do mundo que amam a paz, a justiça e a igualdade.

VII. As condições de vida dos palestinos nos territórios ocupados

33. O Israel, potência ocupante, viola sistematicamente muitos aspectos dos direitos do povo palestino nas suas vidas quotidianas, cometendo actos que ameaçam à sua vida, destruindo a sua economia, dificultando o seu desenvolvimento e causando a poluição do meio ambiente, a alteração das correntes de água, a pilhagem e a confiscação de terras, a intensificação das actividades dos colonatos no seu território, além do bloqueio e a obstrução de que os palestinos sofreram durante o seu movimento, por causa de barreiras e obstáculos nas estradas.

34. Na Faixa de Gaza, o bloqueio israelita, que durou mais de cinco anos, levou ao colapso da economia, do comércio e da agricultura. E, até hoje, os residentes da Faixa de Gaza continuam carentes de bens de primeira necessidade. Mais de 80% da população de Gaza sofre de pobreza extrema e depende inteiramente da ajuda humanitária externa. Eles sofrem igualmente de várias doenças devido à falta de medicamentos e às dificuldades que têm para tratar de casos graves e de transferência de pacientes para os hospitais localizados fora da Faixa de Gaza. Por outro lado, Israel impede a chegada de materiais de construção para a reconstrução de escolas e instituições destruídas pelas forças israelitas de ocupação, durante a agressão à Faixa de Gaza, o que constitui um grande obstáculo à prestação de serviços escolares, sociais, culturais e sanitários.

VIII. O desenvolvimento nos Territórios Palestinos Ocupados

35. O ano de 2011 foi marcado pelo prosseguimento da política israelita de abusos multiformes, cujo objectivo era de entravar o processo de desenvolvimento nos territórios palestinos ocupados e consolidar cada vez mais a correlação entre as economias palestina e israelita. Deste modo, Israel mantém a sua política de destruição das capacidades produtivas da Autoridade Palestina nos domínios agrícola e industrial, de aquisição de terras e de recursos, através da intensificação do embargo, do isolamento e a fixação de postos de controlo, o que teve um efeito negativo nos esforços da Autoridade Palestina para o estabelecimento de uma estrutura institucional capaz de gerir um Estado Palestino independente. É por este motivo que os palestinos continuam a depender grandemente da ajuda da comunidade internacional.

36. Perante estes factos graves, afigura-se importante que a comunidade internacional, em particular o Conselho, a Organização das Nações Unidas e o Quarteto da Paz quebrem o silêncio em relação a estas persistentes medidas israelitas, que se traduzem em pilhagem de terras e expulsão do povo palestino. A comunidade internacional deve tomar medidas eficazes para obrigar Israel a respeitar as resoluções legais internacionais e os acordos assinados, de tal modo que Israel cesse todas as suas acções de confisco das terras palestinianas.

IX. Conclusão e recomendações

37. A continuação da escalada da política israelita de intransigência e as práticas do governo israelita de direita nos territórios palestinianos ocupados, assim como o ritmo desenfreado da construção de colonatos, constituem um flagrante desrespeito pelo direito internacional e à legitimidade internacional. Isto visa criar uma nova realidade, que afecta seriamente a integridade territorial da Palestina e altera a natureza histórica e demográfica da cidade de Jerusalém Oriental, capital do futuro Estado Palestino. As medidas poderão entrar em conflito com a solução de dois Estados, que mereceu o consenso da comunidade internacional.

38. Além disso, mais de um milhão e meio de palestinianos que vivem em Israel estão ameaçados de expulsão e confisco de seus direitos civis e políticos, devido às tentativas incessantes do Governo israelita de lhes impor condições extremamente duras, ou seja, obrigando-os a reconhecer a legitimidade judaica do Estado de Israel, com todas as conotações racistas que isso implica.

39. As tentativas de impor soluções parciais e por etapas, assim como as implicações de um Estado com fronteiras provisórias complicam a solução justa e duradoura da questão palestiniana. A comunidade internacional é, portanto, incentivada a investir mais esforços para pôr fim ao conflito.

40. Durante o período em revista, a União Africana provou, mais uma vez, a sua solidariedade para com o povo palestino, bem como o seu contínuo apoio à Palestina em fóruns internacionais e regionais, através de seus representantes no Conselho de Segurança que devotaram os seus esforços para o sucesso das diligências da liderança palestiniana com vista a tornar o Estado da Palestina um Estado-membro de pleno direito nas Nações Unidas. E estes esforços devem continuar com mais vigor, para ajudar o povo palestino a recuperar os seus direitos legítimos e a estabelecer o seu Estado independente com base nas fronteiras de Junho de 1967, com a sua capital em Jerusalém Oriental.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2012

Report of the commission on the situation in the Middle East and Palestine

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4228>

Downloaded from African Union Common Repository